



4/out/2016, 17h35min

Magistratura e MP lançam carta contra propostas do Congresso que ameaçam o Judiciário

Tweetar



Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, Beatriz Renck, Presidente do Tribunal de Justiça, Luiz Felipe Difini, Presidente da Ajuris, Gilberto Schafer e Procurador-Geral de Justiça, Marcelo Dornelles participam do lançamento da Frentas | Foto: Guilherme Santos/Sul21

Débora Fogliatto

Em ato público realizado no auditório da Escola Superior de Magistratura da Ajuris nesta terça-feira (4), juízes, procuradores, promotores e magistrados lançaram uma Carta em Defesa da Cidadania, do Ministério Público e do Judiciário. No documento e durante o evento, eles citaram uma série de projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional e que ameaçam a independência dos poderes, desestabilizam carreiras ou reduzem a atuação do MP. O evento contou com a presença de integrantes de diversas associações que compõem a Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas).

Os magistrados lembraram da conquista da promulgação da Constituição, após o fim da ditadura militar, que completa 28 anos nesta quarta-feira (5). "Parecia que a partir dali bastaria competência técnica e formação para desenvolver nossas funções, não precisaria ter coragem. Lamentavelmente, 20 anos depois precisamos ter uma postura defensiva, de estar sob ataque, por estar fazendo o combate à corrupção", apontou o desembargador Luiz Felipe Silveira Difini, presidente do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.

Ele citou a proposta de emenda constitucional (PEC) 62, que derruba a vinculação automática de salários recebidos por agentes públicos à remuneração dos ministros do Supremo Tribunal Federal. "A PEC 62 desestrutura carreiras, é um risco muito grave. Precisamos adotar uma postura de resistência que achávamos que não seria mais necessária", apontou Difini, destacando que é preciso incluir a sociedade na discussão, visto que "não há Estado Democrático de Direito sem Judiciário independente".

Opinião Pública

[ver todos](#)

Criança Feliz: uma nova condicionalidade para o programa Bolsa-Família? (por Fernanda Bittencourt Ribeiro)

Carta aberta aos membros da REDE (por Luiz Eduardo Soares, Marcos Rolim e outros)

O rescaldo do golpe de 2016 e a vitória do analfabetismo político: eleições municipais de São Paulo assume seu lado mais perverso e fascista (por Wellington Fontes Menezes)

Colunistas

[ver todos](#)

Antônio Escosteguy Castro



O Brasil foi quem mais perdeu

Coluna APOA



Eleições e Tom

Marcelo Carneiro da Cunha





Presidente do Tribunal de Justiça, Difini lembrou da promulgação da Constituição federal | Foto: Guilherme Santos/Sul21

Da mesma forma, a presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, desembargadora Beatriz Renck, lembrou que o órgão em que atua tem o “papel de garantir a cidadania e fazer cumprir os direitos sociais”. “A Justiça do Trabalho foi alvo de ataques, sofreu cortes orçamentários brutais e foi alvo do discurso de um deputado que criticou por cumprir seu principal papel, de garantir o direito dos trabalhadores e promover a paz social”, afirmou ela, referindo-se ao deputado e candidato a

prefeitura de Porto Alegre Nelson Marchezan Jr., que defendeu abertamente o fim da Justiça do Trabalho em discurso na Câmara. Ela também criticou a proposta de terceirização e os ataques à CLT.

A vice-presidente da Associação do Ministério Público (AMP), Martha Beltrame, lembrou que a entidade tem “trabalhado no empoderamento do cidadão, fortificando operações, no combate à criminalidade e corrupção”. Nesse sentido, ela criticou a PSL 233/2015, que cria regras para o inquérito civil, limitando a atuação do MP, e citou ainda a PEC 288/2016, que trata do abuso de autoridade, e a PEC 241/2016, que propõe o congelamento dos gastos públicos pelos próximos 20 anos, “sem levar em consideração possíveis melhorias na economia e a independência entre poderes”.

Na Carta, a Frentas explica que a PEC 241, ao limitar gastos público, “implica congelamento ao orçamento do Poder Judiciário e do Ministério Público, mas também em políticas essenciais como a saúde e educação, o que certamente aumentará ainda mais a judicialização nestas áreas”. Representando a Associação dos Juizes Federais do Brasil, o juiz Rafael Moreira mencionou que o Judiciário e o MP são “necessários para garantir direitos fundamentais e de minorias”. Isso foi reiterado por Gérson Godinho da Costa, da Associação dos Juizes Federais do RS, que colocou a independência judicial como um direito fundamental. “Não é um direito corporativo a juizes, é algo em defesa da própria cidadania. Se isso for relativizado, tudo que foi construído depois do período de Estado de Exceção deixa de valer”, destacou.

Citando a famosa expressão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o vice-presidente da Associação Nacional dos Membros do MP (Conamp), Victor Hugo Azevedo afirmou que “nunca antes na história desse país se atentou tanto contra o MP e o Judiciário”. Além das já citadas, ele mencionou ainda a PEC 37, que foi derrubada após intensa mobilização popular e buscava limitar o poder de investigação do Ministério Público. “Querem extirpar do MP a capacidade de investigar crimes, não queriam que uma Lava Jato se concretizasse”, apontou. Bernardo Matashu, da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, também abordou esse assunto, lembrando da mobilização popular e dizendo que a sociedade “precisa acordar” e ajudar a combater essas propostas.



Victor Hugo citou PEC 37, que tentava limitar atuação do MP e acabou derrotada | Foto: Guilherme Santos/Sul21

Para o presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 4ª Região (Amatra

Opção preferencial pelo nada

Tarso Genro



Perdemos todos, vamos renovar

Flávio Fligenspan



Descolamento entre presente e futuro

Ronald Augusto



a poesia e a música popular (I)

Tá na Rede

[ver todos](#)



Janaina Paschoal desabafa contra ministros do governo Temer no Twitter



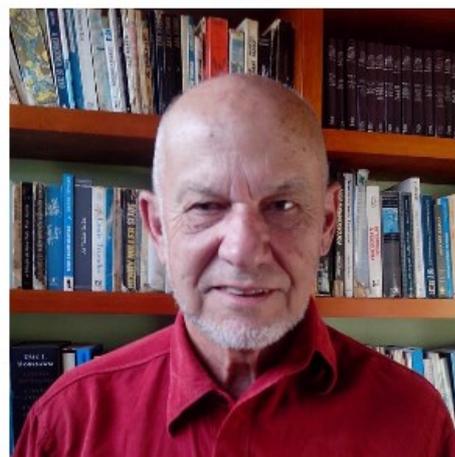
Prefeitura de Esteio lança app ‘Catioreo Go!’ para incentivar adoção de animais

Agenda Eleitoral 2016

[ver todos](#)

Blogs

Blog do Marino Boeira



A farsa eleitoral

Isso não é comum

IV), Rodrigo Trindade de Souza, já há um crescimento da percepção popular sobre a importância desses órgãos. "A grande atuação da Justiça do Trabalho é com a população mais pobre. Ela que será prejudicada com essa nova tentativa de asfixia desses órgãos", apontou.

Por fim, o presidente da Ajuris, Gilberto Schaefer, fez a leitura da carta assinada pelas entidades, em que destaca que há um "descontentamento e uma retaliação de um grupo político, cuja ação coordenada tem como resultado a apresentação de projetos que buscam enfraquecer o Judiciário e o MP, com a redução de prerrogativas, atingindo a autonomia financeira e criminalizando atividades de magistrados, promotores e procuradores". A Frente realiza, ainda, um ato semelhante em Brasília, reunindo entidades de todo o país, nesta quarta-feira (5), também em comemoração aos 28 anos da Constituição.

Tags: [constituição](#), [Frentas](#), [Judiciário](#), [juizes](#), [Ministério Público](#), [PEC 241](#), [PEC 288/2016](#), [PEC 62](#), [PSL 233/2015](#)

Cupons de desconto: [Submarino](#), [Walmart](#), [Lojas Colombo](#), [Ponto Frio](#), [Ricardo Eletro](#), [Casas Bahia](#), [Americanas](#), [Extra](#), [Netshoes](#), [Azul](#).



Lucidez poética – Hora do voto

Milton Ribeiro



Oswald — Ponta de Lança e outros ensaios, de Éder Silveira

F21



Cobertura fotográfica do domingo de eleições em Porto Alegre

Saúde Publica(da) ou não

"A veces la gente no quiere escuchar la verdad porque no quiere que sus ilusiones se vean destruidas."

Friedrich Nietzsche

Educação religiosa: tarde para ser gay e cedo para sair do armário

Twitter

You Tube

Flicker

Rss

Twitter

Tweets de @jornalSul21